

Ata da 14ª reunião da Comissão do PPP, de 08.06.2017

No dia oito de junho de dois mil e dezessete, às treze horas, teve início a reunião ordinária da Comissão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Câmpus São Paulo Pirituba, com a presença dos servidores *Adriana Paes de Jesus Correia*, *Ana Paula Bulgarelli*, *Ana Márcia L. Costa* e *Renato M. Pugliese*. *Esteve ausente, de forma justificada, os servidores Danilo Amorim de Souza e Mirtes Ione Ujikawa.* **Ordem do dia:** **1.** Balanço da atividade realizada com os docentes do câmpus; **2.** Definição das frentes de trabalho, estratégias e operacionalização das atividades no primeiro semestre de 2017. **Responsável pela ata:** Renato Marcon Pugliese.

Expediente: **1.** O grupos discutiu sobre quão positivo ou quão negativo foi o resultado da atividade realizada com os docentes no dia 07/06/2017, em que foi discutida a questão “Em que escola estamos?”, baseados em trechos da lei de criação dos IFs e em texto extra. Foi entendido que a participação dos professores, apesar de bastante restrita, foi positiva, com sugestões de interlocução com outros câmpus, leitura de outros documentos e necessidade de insistir na relação entre a formação do trabalhador e do cidadão contemporâneo. Por outro lado, o grupo entendeu que o formato da atividade (pequenos grupos com leitura e conversa dinâmica e posterior debate coletivo) não incentivou a exposição e a colaboração da maioria dos docentes, ainda que a apatia esteja presente no câmpus por outros fatores, este formato de encontro, somado à convocação (via RNA ou DAE) não estimula a leitura e o debate, sendo entendido que provocações e convites para diálogo podem ser mais enriquecedores. Os parágrafos-síntese escritos pelos grupos de trabalho, fruto da atividade realizada, estão anexados (anexo I) a esta ata; **2.** Sobre a continuidade da escrita do documento (PPP), a comissão entendeu que, a partir da atividade realizada, da devolutiva dos professores e da urgência na escrita, os capítulos com teor descritivo (Cap. 1, 2 e 4) devem ser finalizados o mais breve possível, para que possamos dar continuidade nos debates e na realização de atividades com a comunidade escolar. Ficou acordado também que é preciso referenciar qualquer dado ou informação presente no texto, bem como fortalecer a escrita progressista, inserindo o caráter democrático de gestão nas regulamentações da dinâmica do câmpus, inclusive como parte do observatório de políticas públicas, requisito formal de atuação do câmpus. **Encaminhamentos:** **1.** Sobre a atividade realizada, ficou acordado de estudar a possibilidade de inserção dos parágrafos-síntese elaborados pelos professores nos capítulos do PPP e realizar, nas próximas dinâmicas coletivas, atividades com convite, voluntariado, enquete ou outras formas buscando a não obrigatoriedade e a não convocação dos servidores; **2.** Foram distribuídas funções para a escrita dos primeiros capítulos do PPP para os próximos meses, como segue: o professor Renato elaborará um rascunho dos capítulos 1, 2 e 4 e disponibilizará para os demais até o final de junho; a professora Ana Paula trabalhará no capítulo 1, a professora Adriana no capítulo 4, a pedagoga Ana Márcia e a psicóloga Mirtes trabalharão no capítulo 2, todas fechando minuta até final de julho. E, para tudo constar, eu, Renato Pugliese, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Presidente da Comissão

Anexo I

IFSP - PTB
PPP
07/06/17

EM QUE ESCOLA ESTAMOS?

Parágrafos-síntese para debate – Professores

Grupo 1: André, Eufrida, Igor, Ivan, Marcelo, Patrícia, Rita

Ao comparar os textos, observamos que, embora haja uma expectativa quanto à formação humanística, a lei de criação dos institutos não reflete essa preocupação, sobrepondo o mundo do trabalho à ampla formação cidadã.

Grupo 2: Carol, Rogério, Daniel, Isabel, Bianca, Fernando

O grupo detectou uma dissonância entre a lei e o texto dissertativo pois a lei não traduz os conceitos apresentados no texto o que implica um concepção de formação do indivíduo para atender as demandas da sociedade e não a sua formação ampla e cidadã. A articulação entre instituição, formação cidadã e participação da comunidade torna-se frágil.

No que toca ao tema da pesquisa, o texto da lei, por exemplo, não faz referência à participação da comunidade da formação dos temas e interesses de pesquisa, mas trata apenas da geração da demanda por iniciativa da perspectiva técnica.

Grupo 3: Marcelo Lacerda, Fernanda, Bruno (matemática), Bruna, Alessandra, Priscila.

"Entendemos que os Institutos Federais são agentes de política pública com função social e oferta de educação profissional e tecnológica pública e de qualidade, com o objetivo de resgate da cidadania, considerando a diversidade sociocultural, valores universais do ser humano e as demandas da sociedade para o desenvolvimento local e regional. No entanto, observamos que, desde a implantação do modelo atual, ainda faltam estudos que sinalizem a eficácia e os eventuais ajustes a serem feitos neste formato de escola."

Grupo 4: Cleusa, Iderval, Milton, Oertes, Reinaldo, Robson e Rodolfo

A VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO (MÉDIO, TÉCNICO E EAD) FAVORECE O DESENVOLVIMENTO DE UMA COMUNIDADE ADAPTADA À REALIDADE LOCAL E AO DESENVOLVIMENTO E À MANUTENÇÃO DO CONHECIMENTO DE SEUS PROFISSIONAIS AO QUEBRAR BARREIRAS, PERMITINDO AO CIDADÃO A CONSECUÇÃO DE CURSOS DE LICENCIATURA, ENGENHARIAS, FORMAÇÃO ECONÔMICAS , PÓS-GRADUAÇÃO TANTO LATO QUANTO STRICTU SENSU E PESQUISAS CIENTÍFICAS.

O ENSINO FEDERAL É UM ENSINO INOVADOR!